

[ INVESTIGAÇÃO – Regina Alice Diniz quer Comissão Processante para caso de apropriação indébita de recursos do Issa; vereadores decidem no dia 4 de junho

# Aposentada pede abertura de CP contra Pedro Sahium

Marcos Vieira

Os vereadores da base governista têm mais uma vez em suas mãos a missão de salvar o prefeito Pedro Sahium (sem partido). Na próxima sessão da Câmara Municipal, no dia 4 de junho, será votado o pedido de instalação de uma Comissão Processante (CP) contra Sahium. A denúncia foi protocolada pela servidora municipal aposentada Regina Alice Borges Diniz.

O prefeito precisa de maioria simples para ter o processo arquivado. Caso dois terços dos 15 vereadores votem favoráveis à abertura da CP, Pedro Sahium é afastado do cargo durante o processo de investigação. As chances de algo assim acontecer são mínimas – dez edis comungam na cartilha da administração.

A denúncia de Regina Alice é fundamentada no relatório final da Comissão Especial de Investigação (CEI) que confirmou apropriação indébita de recursos do Instituto de Seguridade Social de Anápolis (Issa) em 2004. A aposentada relembra o caso dos R\$ 1.494.500 que deveriam ter saído da conta do Fundef e entrado na conta do Issa.

Em seu relatório na CEI, o vereador Sírio Miguel (PSB) explicou que o montante de R\$ 1.494.500 nunca chegou aos cofres do Issa, apesar da administração municipal ter montado processos orçamentários. Sírio disse ainda que a prefeitura depositou o recurso na conta do Fundo Municipal de Educação

(FME) para que ele fosse utilizado “de forma mais maleável”. Por fim, o vereador apontou irregularidade na transferência de R\$ 1 milhão, “no apagar das luzes no último dia de expediente bancário”, para a conta-fornecedores da prefeitura.

O depósito do dinheiro na conta do Fundef em três parcelas, depois a transferência para a conta do FME e, por último, o repasse de R\$ 1 milhão para a conta-fornecedores foi classificado por Sírio como uma “engenharia contábil elaborada com o objetivo claro de burlar a legislação”. E completou: “prova disso foi a forma com que as transferências de recursos foram realizadas, sem escrituração contábil e apenas através de ofícios, além dos depósitos equivocados”.

Regina Alice sugere que cinco testemunhas sejam intimadas pela CP: o ex-gestor do Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Fummd) Manoel Inácio de Freitas Filho, a ex-tessoureira Maria José de Abreu, a professora Genecil Turcio, o ex-presidente do Issa Maurity Escobar e o ex-diretor Marcelino Perdigão.

A aposentada afirmou que entrou com o pedido de Comissão Processante porque não agüenta mais o “descaso do prefeito” com a categoria. “Tem muita gente passando necessidade”, completou. Regina Alice trabalhou no setor de finanças da prefeitura. Ela disse que conta com a sensibilidade dos vereadores em contribuir para desco-



REGINA ALICE fez o pedido e cabe agora aos governistas 'salvar' o prefeito

brir quais são os problemas que levam o Issa a atrasar pensões.

Regina Alice revelou que possui 12 folhas de salários atrasadas. Quatro são referentes ao governo Wolney Martins (1993-1996), quatro referentes ao governo Adhemar Santillo (1997-2000) e mais quatro da administração Sahium – referentes aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro do ano passado. “E eu ainda não recebi o mês de abril”, revelou a aposentada.

SINDICATO

O pedido de instalação da Comissão Processante feito pela aposentada contou com a articulação do Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de Anápolis (SindiAnápolis). A presidente da entidade, Regina de Faria, acompanhou de perto todo o processo, inclusive disponibilizando o advogado que redigiu o documento protocolado no Legislativo.

A idéia inicial era de que o pedido de CP fosse protocolado na

## O RITO

A Comissão Processante tem como objetivo processar o prefeito por infração político-administrativa. Ela segue o seguinte rito:

- A denúncia para a constituição da CP é formulada por escrito por qualquer eleitor ou vereador e deve receber votação da maioria simples.

- Recebida a denúncia pela Câmara, o presidente na mesma sessão determina a constituição da CP formada por três vereadores sorteados. Esses mesmos vereadores elegem imediatamente o presidente e o relator.

- O presidente da CP recebe o processo e em cinco dias inicia os trabalhos, notificando o denunciado, que deve apresentar defesa prévia em dez dias, indicando provas e dez testemunhas.

- Decorrido o prazo da defesa, a CP emite, em cinco dias, parecer conclusivo pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia.

- Caso o parecer seja pelo prosseguimento, são iniciados os atos, diligências e audiências, além do depoimento das testemunhas e do denunciado.

- É feito um parecer final pela cassação ou não do denunciado. Esse parecer vai para votação no plenário. Dois terços dos vereadores têm que votar a favor de uma das denúncias para que haja a cassação.

manhã de quarta-feira. Diante da possibilidade da denúncia ser votada na tarde daquele mesmo dia – e com forte possibilidade de ser arquivada – o SindiAnápolis recuou e Regina entrou com o documento após as 17 horas.

Como não há sessões na última semana do mês, o sindicato ‘ganhou’ um prazo maior para mobilizar servidores e tentar conquistar o voto de alguns vereadores. Regina de Faria disse que gostaria de ver os servidores da ativa lutando pela causa dos

aposentados. “Eles não compreendem que a preservação do Issa é uma garantia de um futuro mais sólido para todos”.

Nenhum vereador comentou na tribuna sobre o pedido de Comissão Processante. A tendência é que somente Antônio Roberto Gomide (PT), Sírio Miguel (PSB), Assef Nabem (PMDB), Miriam Garcia (PSDB) e Dinamélia Ribeiro (PT) votem a favor da comissão – os cinco foram os únicos que assinaram, em fevereiro, o pedido de instalação da CEI.

## R\$ 18 milhões do PAC para Anápolis

O município de Anápolis deve receber R\$ 18 milhões do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para construção de habitações para famílias de baixa renda. O recurso foi conseguido depois de reunião de alguns prefeitos goianos no Palácio do Planalto, com a presença dos ministros Márcio Fortes (Cidades) e Dilma Rousseff (Casa Civil). Pedro Sahium (sem partido) esteve presente no encontro, que também contou com os governadores José Arruda (DF) e Alcides Rodrigues (GO).

De acordo com o secretário municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável, Fábio Maurício Corrêa, os R\$ 18 milhões vão servir para reassentar cerca de 600 famílias anapolinas. “Além das habitações será feita também toda a parte de infra-estrutura urbana, como asfalto, rede de esgoto e iluminação pública”, garante.

A administração municipal também pleiteou uma verba de R\$ 40 milhões para obras de saneamento básico. A expectativa de Fábio Maurício é que esse dinheiro também seja liberado através do PAC. Há cerca de 20 dias o secretário informou que tenta uma liberação de R\$ 120 milhões em Brasília, para executar o controle de três erosões, pavimentação de 100 mil metros quadrados de ruas e avenidas, galerias pluviais, recuperação de 150 quilômetros de estradas rurais, substituição de 22 pontes de madeiras por pontes de concreto e ampliação



SECRETÁRIO Fábio Maurício informa que dinheiro será usado para habitação

da rede de esgoto da cidade.

Recentemente Anápolis conseguiu R\$ 5,9 milhões do governo federal para obras de pavimentação em 12 bairros. Através do Pró-Infra a administração municipal asfalta ruas e avenidas da Alexandria, Parque Brasília, Vila Góis e São Carlos. São 20 mil metros quadrados de asfalto. Ao todo são R\$ 700 mil – R\$ 600 mil do governo federal e R\$ 100 mil da prefeitura de Anápolis, como contrapartida.

Outra conquista da administração municipal vai revitalizar por completo nove bairros da cidade. O Programa de Infra-Estrutura para a Mobilidade Urbana (Pró-Mob), do

Ministério das Cidades, garantiu recursos na ordem de R\$ 4 milhões e 275 mil para a prefeitura, que entrará com uma contrapartida de R\$ 925 mil.

Com R\$ 5,2 milhões em caixa, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano Sustentável vai executar obras nos bairros Polocentro (1ª e 2ª etapas), Itamaraty 2ª Etapa, Residencial Geovani Braga, Residencial Arco-Íris, Jardim São Paulo, Santa Clara e Jardim Promissão. Será feita a pavimentação asfáltica nas linhas dos ônibus, construção de galerias pluviais e meio-fios, calçadas, pontos de ônibus e implantação de sinalização de trânsito vertical e horizontal. (Marcos Vieira)

A Rádio Imprensa de Anápolis vem a público manifestar sua indignação contra a recente divulgação de pesquisa realizada pelo Instituto Voga, intitulada pelo referido instituto como pesquisa de audiência.

Os dados divulgados, em absoluta discordância com a situação de fato, foram obtidos através de levantamento duvidoso, utilizando critérios misteriosos e por instituto desqualificado para a realização de tão importante e séria tarefa.

Se não bastasse, o nome da Rádio Imprensa, emissora com mais de cinquenta anos de serviços prestados à população de Anápolis, tem sido indevidamente utilizado em material publicitário inerente a tal “pesquisa”, acarretando em prejuízos imediatos nas relações comerciais da empresa.

Assim, ao tempo em que busca no Judiciário a reparação pelos prejuízos causados e o restabelecimento da verdade, a Rádio Imprensa torna público seu repúdio ao referido levantamento e à sua criminosa utilização.

Por fim, a emissora lança, de público, o desafio de contratar, desta feita em conjunto com as co-irmãs, um instituto de reconhecida capacidade técnica para a realização de uma pesquisa de audiência séria e criteriosa, do porte do IBOPE, SERPES e ECOPE, onde as dúvidas suscitadas pelo malsinado levantamento cairão por terra, restabelecendo a justiça.

RÁDIO IMPRENSA – ÉTICA E CREDIBILIDADE. SEMPRE.



ROAN ALIMENTOS LTDA.

TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU À AGÊNCIA AMBIENTAL DE GOIÁS, PROCESSO Nº 5302.1280/1988-1, A RENOVAÇÃO DE SUA LICENÇA DE FUNCIONAMENTO, PARA FABRICAÇÃO DE ALIMENTOS À BASE DE MILHO – SITO A QUADRA 04 MÓDULO 10/11 DAIA - ANÁPOLIS - GOIÁS.

Anápolis, 23 de maio de 2007.